



30799270



25351.931122/2019-17



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

VOTO CMED-SENACON/DPDC/SENACON

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Na ocasião da 1ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, realizada no dia 26 de janeiro de 2023, esta Secretaria Nacional do Consumidor, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito do Comitê Técnico-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CTE/CMED), formalizou pedido de vista do processo administrativo relatado pelo Ministério da Economia/Fazenda.

Com isso, devolve-se, na ocasião da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, de 27 de fevereiro de 2025, as vistas do processo nº 25351.931122/2019-17.

2. PROCESSO Nº 25351.931122/2019-17

Recorrente: AUDAX MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.-EPP

Relator: Ministério da Economia/Fazenda

Objeto: Infração administrativa decorrente de oferta de medicamentos por valor superior ao Preço Fábrica (PF).

Decisão do Relator (Voto nº 62/2022/SEAE/ME): manifesta pelo não provimento do recurso, aplicando à empresa infratora multa no valor de R\$ 64.334,53 (sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Encaminhamento: A Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública não tem discordâncias a apresentar ao voto proferido pelo Ministério Economia/Fazenda.

3. CONCLUSÃO

No Voto Vista, não temos discordâncias a apresentar ao Voto do Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 06/03/2025, às 14:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30799270** e o código CRC **02E0B1C3**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.